



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL Nº 3.670, de 2012**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?  
☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☒ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_\_) ☒ NÃO (As emendas apresentadas não suprimem o aumento de despesa)

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO (não há estimativa)

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: CF: Art. 61, §1º, II, "a" e "e" + art. 169, §1º; LRF: art. 16, 17 e 21; LDO 2015: art. 108; Súmula nº 1/08 – CFT**

**4. Outras observações:**

A proposição visa criar órgão, cargos e funções públicas. A Constituição Federal, em seu art. 61, §1º, II, "a" e "e", estabelece que a iniciativa de lei visando a criação de órgãos, cargos e funções da administração pública constitui atribuição privativa do Presidente da República.

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

O projeto de lei não apresenta estimativa de seu impacto orçamentário financeiro nem indica medida compensatória, nos termos dos art. 16,17 e 21 da LRF combinado com o art. 108 da LDO 2015 e da Súmula nº 1/08-CFT.

**Brasília, 19 de maio de 2015.**

**Claudio Riyudi Tanno**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**